

RESENHA

Um novo contrato social da educação: horizontes para reimaginar os nossos futuros

Paulo Roberto Dalla Valle¹  

Jacques de Lima Ferreira²  

A obra *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social da educação*, publicada em 2024 pela editora LeYa Educação, apresenta o relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2019. O relatório, organizado por António Nóvoa – professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, mesma instituição da qual foi reitor –, baseia-se na reflexão desenvolvida por um grupo internacional de pesquisadores e políticos, incluindo o brasileiro Cristovam Buarque.

Esse esforço colaborativo resultou em um documento que busca explorar novos caminhos para a educação global. Elaborado ao longo de dois anos, o texto foi construído com a contribuição de aproximadamente um milhão de pessoas de diferentes instituições sociais ao redor do mundo. Em formato de livro, se faz um convite à discussão acerca dos possíveis futuros da educação e da sociedade. Sua proposta central é a necessidade de reimaginar um novo contrato social para a educação, capaz de promover a paz, a justiça e a sustentabilidade, com vistas à construção de futuros mais inclusivos. As propostas e princípios apresentados servem como ponto de partida para fomentar outras formas de conceber a educação e suas relações a partir de compreensões coletivas.

O livro é estruturado em um resumo, dois prefácios, agradecimentos, resumo executivo, introdução e três partes constituídas por nove capítulos, além de um epílogo e apêndices, nos quais se encontram relatórios independentes e textos complementares. A obra aborda questões amplas e faz proposições que abrem espaço para refletir sobre os futuros da educação e da sociedade a partir de um contrato social que contemple o bem comum, apresentando caminhos a serem percorridos.

Inicialmente, no primeiro prefácio, Audrey-Azoulay, diretora-geral da Unesco, destaca que a sensação de vulnerabilidade em relação ao presente e as incertezas do futuro contribuíram para aproximar os seres humanos. No segundo, Sahle-Work Zewde, Presidente da República Democrática Federal da Etiópia e da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, enfatiza a importância de projetar o futuro de forma local e

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/SC – Brasil.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba/SC – Brasil.

democrática, reconhecendo a educação como ferramenta essencial para combater desigualdades e assimetrias no acesso ao conhecimento.

A partir de uma abordagem crítica e reflexiva, o livro discute as perspectivas educacionais até 2050, propondo uma visão mais inclusiva e sustentável para enfrentar os desafios globais. Assim, no resumo executivo são apresentados os dois princípios fundamentais que orientam a obra, que são: garantir o direito à educação de qualidade ao longo da vida e reforçá-la enquanto desígnio público e bem comum, reconhecendo sua importância vital para a continuidade das conquistas obtidas até o momento.

Ampliando, ainda, a projeção de caminhos e possibilidades de potencializar a educação, o resumo executivo faz referência às promessas passadas e aos futuros incertos. Para isso, lança mão das seguintes propostas: i) pedagogia baseada nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade; ii) currículos que enfatizem uma aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar, capacitando os estudantes a acessar, a produzir e a aplicar o conhecimento de maneira crítica; iii) maior profissionalização da docência, um projeto colaborativo em que os professores são reconhecidos por seu trabalho como produtores do conhecimento e agentes essenciais na transformação educativa e social; iv) escolas como ambientes educativos seguros, inclusivos e equitativos, que promovam o bem-estar individual e coletivo e que sejam repensadas para contribuir com a transformação social em direção a futuros mais justos e sustentáveis; e v) expansão das oportunidades educativas que surgem ao longo da vida e em diferentes espaços culturais e sociais (Nóvoa, 2024, p. 23-24).

Na parte final do referido resumo, encontram-se indícios da necessidade de um novo contrato social, construído coletivamente. Esse contrato representa um amplo compromisso de diálogo com o pensamento e a ação conjunta, mobilizando: i) um apelo à investigação e inovação; ii) um apelo à solidariedade global e cooperação internacional; iii) as universidades e as instituições de ensino superior para colaborarem ativamente em todas as dimensões da construção desse outro contrato; e iv) a participação de todos na construção dos futuros da educação (Nóvoa, 2024, p. 25-26).

Na sequência, a “Introdução” faz uma reflexão acerca da necessidade de uma nova concepção de educação que esteja preparada para enfrentar as diferentes ameaças contemporâneas, aceleradas pela globalização, pela radicalização política, pelos movimentos e fluxos migratórios e pela ameaça aos direitos humanos. Decorre disso, entre outros aspectos, a necessidade de a educação ser alicerçada em duas cláusulas fundamentais. A primeira delas aborda a educação em sua dinâmica e relações sujeitas a um processo contínuo, transpondo o entendimento de um processo específico da infância e juventude. A segunda, por sua vez, a interpreta como um bem comum e público a ser protegido da comercialização e exploração do mercado.

A primeira parte do livro, intitulada “Entre promessas passadas e futuros incertos”, é composta por dois capítulos. O primeiro, “Rumo a futuros educativos mais equitativos”, trata de aspectos históricos e contextuais acerca do direito à educação, a partir das promessas cumpridas e de suas falhas, estabelecendo, ainda, articulações com as desigualdades sociais e econômicas junto às possibilidades de enfrentá-las.

O capítulo seguinte, “Perturbações e transformações emergentes”, discorre sobre perturbações e transformações recentes, destacando as alterações ambientais, a aceleração tecnológica, a fragmentação social e política, e as novas realidades laborais. Esse capítulo desafia os leitores a refletirem sobre como a educação pode se adaptar e responder a essas transformações de forma coletiva e integrada com a sociedade.

As contribuições apresentadas na primeira parte, a partir da análise de ações da própria Unesco, destacam que as iniciativas internacionais voltadas para a universalização da educação como direito humano influenciaram positivamente nos sistemas nacionais. Contudo, esses esforços não tiveram a mesma eficiência na redução das desigualdades de acesso à educação, reconhecendo a existência de teias de exclusão interconectadas com questões sensíveis e preocupantes, como a diversidade, a intolerância religiosa, a pobreza, as questões de gênero, a inclusão, entre outras.

A segunda parte da obra, “Renovando a educação”, é composta por cinco capítulos e propõe uma nova conceituação e uma renovação da educação a partir de cinco dimensões: pedagogia, currículos, profissão docente, escolas e oportunidades de educação ao longo da vida, em diferentes espaços culturais e sociais. Esses elementos se articulam para formar uma nova dinâmica educacional.

O terceiro capítulo, “Pedagogias de cooperação e solidariedade”, discute os caminhos para desenvolver e promover a empatia, o respeito e a solidariedade. Essa discussão enfatiza a importância da colaboração entre os indivíduos, ampliando as possibilidades de transformação social, educacional e relacional.

Já o capítulo quatro, “Os currículos e o patrimônio de conhecimentos comuns em permanente evolução”, destaca a relevância de pensar e desenvolver currículos integrados a uma perspectiva ecológica, intercultural e interdisciplinar. Essa abordagem favorece que os estudantes se apropriem do conhecimento de maneira crítica e aplicável, ampliando sua compreensão para além das práticas tradicionais do ensino formal.

Denominado de “O trabalho transformador dos professores”, o quinto capítulo salienta a premência de reformular o ensino como profissão colaborativa e combater o isolamento profissional. Defende, ainda, o desenvolvimento contínuo dos docentes e a construção de relações sólidas entre eles e as universidades como parte dos princípios fundamentais para a ação educacional.

O capítulo seis, “Proteger e transformar as escolas”, reconhece e valoriza a iminência de proteger as escolas enquanto espaços de aprendizagens, bem como de relações e interações sociais, culturais e educacionais. Tais relações e interações podem favorecer a inclusão, a equidade e o bem-estar, ao mesmo tempo que contribuem para a transformação das comunidades em direção a um futuro mais justo.

Finalizando a parte dois, o sétimo capítulo, “A educação através de diferentes tempos e espaços”, trata da sua fora do espaço formal, abordando as inúmeras possibilidades de ensino e aprendizagem em diversos tempos e lugares. Destaca, ainda, como a educação pode se integrar às demandas sociais e culturais, ampliando sua abrangência e promovendo práticas educativas que favoreçam a inclusão e a sustentabilidade.

Em síntese, a segunda parte do livro propõe uma visão holística e inovadora acerca do tema. Sugere, assim, que a transformação do sistema educacional exige uma abordagem integrada, que envolva todos os seus componentes, desde os currículos até as práticas pedagógicas e as condições de trabalho dos professores.

“Catalisar um novo contrato social da educação”, terceira parte da obra, apresenta ideias, perspectivas e possíveis caminhos para a elaboração de um diferente contrato social. Enfatiza a importância da investigação, da solidariedade e da cooperação – elementos essenciais para a promoção da educação como um direito comum a todos. Ressalta, ainda, que essa transformação deve ser construída com a participação de diferentes sujeitos, cujos interesses e contribuições estejam interconectados, respeitando suas particularidades para a educação avançar de forma coletiva.

Nesse sentido, o livro reflete que a educação deve ser estudada e compreendida de dentro e, por consequência, os professores precisam tornar-se pesquisadores e produtores de conhecimento. Isso permitiria que os educadores se envolvessem mais intensamente com a sociedade, promovendo diálogos construtivos e gerando mudanças reais. A educação, nessa perspectiva, é pensada como um bem comum, uma responsabilidade de todos, incluída nas agendas políticas e na cooperação internacional.

Enquanto isso, no capítulo oito, “Um apelo à investigação e à inovação”, o autor argumenta que é necessária uma agenda de investigação compartilhada sobre o direito à educação ao longo da vida. Esse movimento envolve a todos na construção de um novo contrato social da educação e pode contribuir para a difusão do conhecimento, inovando os futuros educativos.

Por fim, o capítulo nove, “Um apelo à solidariedade global e à cooperação internacional”, sugere pensar acerca da renovada necessidade de fortalecer a solidariedade e a cooperação internacional, diante das emergências e precariedades identificadas na sociedade. Ademais, sublinha a importância de definir rumos, propósitos e compromissos que favoreçam a cooperação na geração de conhecimento, conectando isso à necessidade de financiar a educação em regiões onde ela está ameaçada. O ensino, portanto, deve estar integrado a um projeto de desenvolvimento que inclua novas perspectivas de promoção, olhando para a sociedade e suas múltiplas relações como espaços potenciais de transformação.

Notadamente, o livro apresenta uma mudança de paradigma em relação à centralidade da educação no mundo contemporâneo, com o objetivo de repensar e reimaginar o futuro, tratando-a como um direito coletivo, exigindo uma compreensão epistemológica mais ampla e contemplativa. Além disso, há um deslocamento do entendimento de sua responsabilidade como um direito governamental para um direito constitucional, reforçando a necessidade de um novo contrato social que amplie as possibilidades de transformação, especialmente diante das demandas emergentes de uma sociedade que muitas vezes se vê refém das políticas e da economia mundial.

Ao longo da publicação, são abordadas questões sociais amplas e complexas que influenciam o processo educativo, como o neoliberalismo, o livre acesso à informação, a crítica à lógica da ajuda humanitária como estratégia de dependência de países

subdesenvolvidos, a relevância da sustentabilidade, as relações com a cidadania, a democracia e inclusão, entre outros. Esses temas são discutidos visando provocar uma reflexão profunda e um diálogo social sobre os futuros desejáveis para a educação e para o mundo.

O livro, que representa o relatório da Unesco, instiga a ponderação e apela para a construção de novas possibilidades para a educação, reconhecendo que elas podem evoluir conforme surgirem outras relações e demandas sociais, de acordo com os processos de transformação que forem vivenciados. As sinalizações apresentadas são vistas como esforços, esperanças e desafios que precisam ser desenvolvidos em um movimento de construção, envolvendo diversos grupos sociais, considerando a cooperação como essencial para traduzir, reexaminar e reimaginar novas realidades.

Como destacado no epílogo, é nevrálgico que um novo contrato social da educação esteja articulado às necessidades futuras da humanidade e do planeta. Dessa forma, o livro finaliza com prioridades e recomendações para sua construção, com base em uma visão expandida do direito à educação ao longo da vida e no reforço da mesma como um bem público e comum, que deve ser protegido e promovido coletivamente.

Referência

NÓVOA, António Sampaio da (org). **Reimaginar os nossos futuros juntos**: um novo contrato social da educação. Lisboa: LeYla EDUCAÇÃO, 2024.